



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONTRATO N. 155/2008

Contrato para fornecimento de cadeiras, autorizado pelo Senhor Eduardo Cardoso, Secretário de Administração e Orçamento, à fl. 78 do Procedimento CMP/SAO n. 074/2008, que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa Florimaq Comércio de Máquinas para Escritório Ltda., em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, e pelos Decretos n. 3.931, de 19 de setembro de 2001, 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor Eduardo Cardoso, inscrito no CPF sob o n. 017.461.409-84, residente e domiciliado em São José/SC, e, de outro lado, a empresa FLORIMAQ COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA., estabelecida na cidade de São José/SC, inscrita no CNPJ sob o n. 75.379.008/0001-00, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu Representante Legal, Senhor Volnei Martins de Souza, inscrito no CPF sob o n. 056.496.099-34, residente e domiciliado em São José/SC, tem entre si ajustado Contrato para fornecimento de cadeiras, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com os Decretos n. 3.931, de 19 de setembro de 2001, 5.450, de 31 de maio de 2005, e 6.204, de 5 de setembro de 2007, e com o Pregão n. 052/2007, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto o fornecimento de:

1.1.1. CADEIRA DE INTERLOCUTOR SEM BRAÇOS (EM LÃ AZUL)

Marca: TOK, modelo CAD 96.

Quantidade: 10 (dez) unidades.

1.1.2. CADEIRA DE DIGITADOR COM BRAÇOS (EM LÃ AZUL)

Marca: TOK, modelo CAD 95/G.

Quantidade: 10 (dez) unidades.

PARÁGRAFO ÚNICO

O fornecimento dos produtos obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 052/2007, de 04/12/2007, da respectiva Ata de Registro de Preços, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em 04/12/2007, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pelo fornecimento do objeto deste Contrato, o seguinte valor:

2.1.1. referente ao item descrito na subcláusula 1.1.1, o valor unitário de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), totalizando, as 10 (dez) unidades, R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais);

2.1.2. referente ao item descrito na subcláusula 1.1.2, o valor unitário de R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais), totalizando, as 10 (dez) unidades, R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE ENTREGA

3.1. O prazo de entrega do objeto descrito na Cláusula Primeira é de, no máximo, 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, pela Contratada, deste instrumento, devidamente assinado pelos representantes do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após a entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a qual será conferida e atestada pelo setor competente.

5.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, pelo setor competente, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.4. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS).

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.2272.0001 - Gestão e Administração do Programa, Elemento de Despesa 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente, Subitem 42 - Mobiliário em Geral.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO EMPENHO DA DESPESA

7.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2008NE001397, em 12/09/2008, no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), para a realização da despesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O Contratante se obriga a:

8.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Quinta deste Contrato;

8.1.2. promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, ou seu substituto, a fiscalização deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

8.1.3. efetuar o recebimento definitivo em até 5 (cinco) dias, após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada ficará obrigada a:

9.1.1. fornecer o objeto contratado nas condições estipuladas na proposta;

9.1.2. entregar as cadeiras na sede do TRESA, localizado na Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, nesta Capital, no horário das 13 às 18 horas, sem que isso

implique acréscimo no preço constante da proposta; se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-las, no prazo máximo de 10 (dez) dias;

9.1.2.1. estando em mora a Contratada, o prazo para substituição de que trata a subcláusula 9.1.2 não interromperá a multa por atraso prevista nas subcláusulas 10.4;

9.1.2.2. em caso de substituição das cadeiras, conforme previsto nas subcláusulas 9.1.2 e 9.1.3.1, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;

9.1.2.3. as cadeiras deverão ser entregues embaladas individualmente.

9.1.3. prestar garantia às cadeiras pelo período de 05 (cinco) anos, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente do TRESA;

9.1.3.1. substituir as cadeiras no prazo de, no máximo, 10 (dez) dias, a contar do recebimento de notificação do TRESA que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venham a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído - por ação ou omissão - o Contratante.

9.1.4. dispor de assistência técnica em todo o Estado de Santa Catarina, sendo que eventuais reparos nos móveis, durante a vigência da garantia, deverão ser realizados no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da notificação formulada pelo TRESA;

9.1.5. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Contratante; e

9.1.6. manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 052/2007.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

10.2. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, se a Contratada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais:

a) impedida de licitar e contratar com a União; e,

b) descredenciada no SICAF pelos órgãos competentes.

10.2.1. As sanções estabelecidas na subcláusula 10.2 são de competência da autoridade máxima deste Tribunal.

10.3. Para os casos não previstos na subcláusula 10.2 poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.3.1. A sanção estabelecida na alínea “d” da subcláusula 10.3 é de competência do Presidente do TRESA.

10.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega do objeto deste Contrato sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

10.5. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na substituição do objeto durante o período da garantia, sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

10.6. Relativamente às subcláusulas 10.4 e 10.5, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados como inexecução contratual.

10.7. Da aplicação das penalidades definidas nas subcláusulas 10.3, alíneas “a”, “b” e “c”, 10.4 e 10.5 caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

10.8. O(s) recurso(s) ser(ão) dirigido(s) ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo, devidamente informado, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

10.9. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “d” da subcláusula 10.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação

do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

11.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, sujeita-se, a Contratada, ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

13.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, 15 de setembro de 2008.

CONTRATANTE:

EDUARDO CARDOSO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

CONTRATADA:

VOLNEI MARTINS DE SOUZA
REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

RAFAEL ALEXANDRE MACHADO
COORDENADOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

VILSON RAIMUNDO REZZADORI
COORDENADOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

ITEM 1 – CADEIRA DE INTERLOCUTOR SEM BRAÇOS (EM LÃ AZUL)

BASE	<ul style="list-style-type: none">- com 04 pés contendo deslizadores auto articuláveis, que permitem a adaptação da base a imperfeições do piso;- estrutura tubular curvada em aço ABNT 1010 com diâmetro mínimo de 20mm e espessura da parede do tubo de 1,5mm no mínimo;- pintura epóxi pó na cor preta fosca.
ASSENTO	<ul style="list-style-type: none">- fixo;- moldado anatomicamente e com escavação (em leve forma de gamela);- dimensões mínimas: largura e profundidade de 40cm (quarenta centímetros);- altura aproximada do assento ao chão: 46cm (quarenta e seis centímetros);- estofado com espuma injetada de poliuretano com espessura mínima de 2cm (dois centímetros);- revestimento: tecido de lã retardante ao fogo, feito de pura lã virgem, com fiação penteada, espessura mínima de 2mm (dois milímetros), que mantenha a aparência original após o uso prolongado e na cor azul, cor Giroflex TW AZ ou similar.- com borda frontal arredondada.
ENCOSTO	<ul style="list-style-type: none">- moldado anatomicamente;- dimensões mínimas: largura de 40cm (quarenta centímetros) e altura de 23cm (vinte e três centímetros); e- na cor azul, conforme cor Giroflex TW AZ, ou similar.

ITEM 2 - CADEIRA DE DIGITADOR COM BRAÇOS (EM LÃ AZUL)

BASE	<ul style="list-style-type: none">- na cor preta, acabamento fosco;- com cinco pés e rodízio duplo de nylon em cada um;- tubo central com mola amortecedora que absorve impactos.
ASSENTO	<ul style="list-style-type: none">- giratório;- moldado anatomicamente e com escavação (em leve forma de gamela);- dimensões mínimas: largura e profundidade de 40cm (quarenta centímetros) e intervalo da regulagem de altura de 10cm (dez centímetros);- estofado com espuma injetada de poliuretano com espessura mínima de 2cm (dois centímetros);- revestimento: em tecido de lã retardante ao fogo, na cor azul, feito de pura lã virgem, com fiação penteada, espessura mínima de 2mm (dois milímetros), que mantenha a aparência original após o uso prolongado, cor Giroflex TW AZ ou similar;- com regulagem pneumática (a gás) de altura do assento;- com borda frontal arredondada e inclinação do assento ascendente frontal para qualquer posição do encosto, ou seja: TODOS os mecanismos de regulagem da cadeira serão testados, e o assento deverá apresentar SEMPRE inclinação ascendente frontal, o que significa que a borda frontal deverá ficar em posição mais elevada que a borda traseira do assento de modo que as pernas sempre mantenham o ângulo de 90º com o solo.
ENCOSTO	<ul style="list-style-type: none">- dimensões mínimas: largura de 40cm (quarenta centímetros) e altura de 23cm (vinte e três centímetros);- moldado anatomicamente;- com regulagem de altura;- que possa ser fixado em diferentes posições (duas ou mais) e com livre flutuação, de forma que o apoio lombar permaneça SEMPRE no mesmo lugar nas costas, ou seja: quando o encosto estiver em livre flutuação deve dar perfeita sustentação para a base da coluna, não podendo deslocar-se para baixo e/ou para cima, sob pena de gerar o desaconselhável efeito de massagem da lombar, que a longo prazo pode ocasionar o desenvolvimento de Lesões por Esforço Repetitivo – LER – assim, <u>qualquer deslocamento do encosto para baixo e/ou para cima será motivo de desclassificação da cadeira.</u>
BRAÇOS	<ul style="list-style-type: none">- acabamento em poliuretano texturizado, na cor preta;- com regulagem de altura.